



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 5018035-04.2018.4.03.6100
RELATOR: Gab. 21 - DES. FED. JOHONSOM DI SALVO
APELANTE: KAKEBA NIONGAMA NICOLE
APELADO: UNIÃO FEDERAL
OUTROS PARTICIPANTES:

D E C I S Ã O

Trata-se de apelação interposta por KAKEBA NIONGAMA NICOLE contra a **sentença denegatória** do MANDADO DE SEGURANÇA impetrado em face do DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/DPF/SP, objetivando a obtenção de autorização de residência para fins de reunião familiar.

Consoante a inicial e documentação anexa,

- KAKEBA NIONGAMA NICOLE, nascida em 16/1/1982 na República Democrática do Congo, atualmente reside em São Paulo, Capital, no Centro de Acolhida Especial para Mulheres Imigrantes (CAEMI), com sua filha brasileira, nascida em 27/3/2017, motivo pelo qual ingressou com requerimento de autorização de residência para fins de reunião familiar, perante a Polícia Federal;

- a impetrante não possui passaporte válido e nem certidão de antecedentes criminais do país onde residiu nos últimos cinco anos, exigidos pela Polícia Federal para processamento do seu requerimento;

- por ser solicitante de refúgio no Brasil, a impetrante não recebe qualquer auxílio da representação diplomática da República Democrática do Congo, o que torna impossível a obtenção da documentação exigida.

Diante desses fatos, KAKEBA NIONGAMA NICOLE, assistida pela Defensoria Pública da União (DPU), pleiteia a concessão de liminar determinando que a autoridade impetrada processe seu pedido de autorização de residência para fins de reunião familiar, sem a apresentação dos documentos que não consegue obter, e no mérito, a confirmação da liminar concedida. Deu-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (ID 133831066).

Em 24/7/2018 o feito foi distribuído a 12ª Vara Federal de São Paulo/SP (ID 133831069).

O pedido liminar foi indeferido (ID 133831070).

A autoridade impetrada prestou informações (ID 133831077).

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL opinou pena denegação da segurança (ID 133831079).

Em 24/7/2019 foi proferida a sentença que denegou a segurança, com fulcro no artigo 485, I, do Código de Processo Civil (ID 133831282).

Nas razões de apelação de KAKEBA NIONGAMA NICOLE, pleiteia-se a reforma da sentença, reiterando-se os termos da inicial (ID 133831295).

Não houve apresentação de contrarrazões (ID 139730329).

Em 5/6/2020 o feito foi distribuído nessa Corte à relatoria do Desembargador Federal PEIXOTO JÚNIOR, que declarou a sua incompetência em 17/9/2020 (142252087).

A PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA, no parecer, opinou pelo provimento do recurso (ID 142156005).

Em 22/9/2020 o feito foi redistribuído a minha relatoria.

É o relatório.

DECIDO.

A reiteração de decisões num mesmo sentido, proferidas pelas Cortes Superiores, pode ensejar o julgamento monocrático do recurso, já que – a nosso sentir – no novo Código de Processo Civil o legislador disse menos do que desejava, porquanto, no cenário apregoadado de criação de meios de agilizar a jurisdição, não tinha sentido reduzir a capacidade dos Tribunais de Apelação de resolver as demandas de conteúdo repetitivo e os recursos claramente improcedentes ou não, por meio de decisões unipessoais; ainda mais que, tanto agora como antes, essa decisão sujeita-se a recurso que deve necessariamente ser levado perante o órgão fracionário.

No âmbito do STJ rejeita-se a tese acerca da impossibilidade de julgamento monocrático do relator fundado em hipótese jurídica não amparada em súmula, recurso repetitivo, incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência, louvando-se na existência de entendimento dominante sobre o tema. Até hoje, aplica-se lá a Súmula 568 de sua Corte Especial (DJe 17/03/2016). A saber: AgInt no AgRg no AREsp 607.489/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 26/03/2018 - AgInt nos EDcl no AREsp 876.175/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018 - AgInt no AgInt no REsp 1420787/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018 - AgRg no AREsp 451.815/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018.

Ademais, cumpre lembrar o pleno cabimento de agravo interno contra o decisum, o que afasta qualquer alegação de violação ao princípio da colegialidade e de cerceamento de defesa, a despeito da impossibilidade de realização de sustentação oral, já que a matéria pode, desde que suscitada, ser remetida à apreciação da Turma, onde a parte poderá acompanhar o julgamento colegiado, inclusive valendo-se de prévia distribuição de memoriais (AgRg no AREsp 381.524/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018 - AgInt no AREsp 936.062/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2018, DJe 27/03/2018 - AgRg no AREsp 109.790/PI, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 16/09/2016). Deveras, ...eventual mácula na deliberação unipessoal fica superada, em razão da apreciação

da matéria pelo órgão colegiado na seara do agravo interno... (AgInt no AREsp 999.384/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017 - REsp 1677737/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 29/06/2018).

No âmbito do STF tem-se que ...a atuação monocrática, com observância das balizas estabelecidas nos arts. 21, § 1º, e 192, caput, do RISTF, não traduz violação ao Princípio da Colegialidade, especialmente na hipótese em que a decisão reproduz compreensão consolidada da Corte... (HC 144187 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018). Nesse mesmo sentido: ARE 1089444 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 25/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-111 DIVULG 05-06-2018 PUBLIC 06-06-2018.

Na verdade, o ponto crucial da questão é sempre o de assegurar à parte acesso ao colegiado. Por essa razão o STF já validou decisão unipessoal do CNJ, desde que aberta a via recursal administrativa. Verbis: ...ainda que se aceite como legítima a decisão monocrática do relator que indefere recurso manifestamente incabível, não se pode aceitar que haja uma perpetuidade de decisões monocráticas que impeça o acesso ao órgão colegiado... (MS 30113 AgR-segundo, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 25/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-121 DIVULG 18-06-2018 PUBLIC 19-06-2018).

A possibilidade de maior amplitude do julgamento monocrático – o que pode ser controlado por meio do agravo – está consoante os princípios que se espraiam sobre todo o cenário processual, tais como o da eficiência (artigo 37, da CF; artigo 8º do NCPC) e da duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, da CF; artigo 4º do NCPC).

Além disso, é o artigo 6º do Código de Processo Civil de 2015 que aumenta consideravelmente o espaço hermenêutico do magistrado no novo cenário processual.

Essa exegese não é absurda, na medida em que a imperfeição natural e esperável de toda a ordem jurídico-positiva pode ser superada pela ...atuação inteligente e ativa do juiz..., a quem é lícito ...ousar sem o açodamento de quem quer afrontar, inovar sem desprezar os grandes pilares do sistema... (DINAMARCO, Cândido Rangel. Nova Era do Processo Civil. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 29-31).

Destarte, o caso presente permite solução monocrática.

Na esteira do previsto no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República, a Lei nº 12.016/2009, em seu artigo 1º, estabelece como requisito para utilização da via mandamental a existência de direito líquido e certo a ser protegido contra ato emanado de autoridade investida nas atribuições do Poder Público.

Caracteriza-se como líquido e certo o direito que prescinde da necessidade de dilação probatória, sendo demonstradas, pelo impetrante, a ocorrência dos fatos e a relação jurídica existente por meio de documentação que possibilite a imediata apreciação da pretensão pelo Juízo (STJ - AgRg no MS 15.406/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, Primeira Seção, julgado em 27/10/2010, DJe 26/11/2010).

Na singularidade, entendo haver direito líquido e certo a ser amparado, razão pela qual deve ser concedida a segurança pleiteada.

Explico.

A autorização de residência é dirigida ao imigrante que pretenda trabalhar ou residir e se estabelecer temporária ou definitivamente no Brasil, desde que satisfaça as exigências de caráter especial previstas na Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017 (www.gov.br).

Dentre as modalidades de autorização de residência, há a destinada à **reunião familiar**, tratada no artigo 37, II, da Lei nº 13.445/2017:

Art. 37. O visto ou a autorização de residência para fins de reunião familiar será concedido ao imigrante:

I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma;

II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência;

III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou

IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.

Parágrafo único. (VETADO).

Em 14/6/2018 foi publicada a **Portaria Interministerial nº 12, de 13/6/2018**, dos Ministérios de Estado da Justiça, Extraordinário da Segurança Pública e das Relações Exteriores, dispondo em seu artigo 7º que o requerimento de autorização de residência para reunião familiar deve ser instruído – dentre outros documentos – com documento de viagem válido ou documento oficial de identidade; e com certidões de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial competente de onde tenha residido nos últimos cinco anos.

A impetrante, KAKEBA NIONGAMA NICOLE, natural da República Democrática do Congo, é mãe da menor JULIA KAKEBA LAMARTINIERE, nascida no Brasil, em 27/3/2017 (ID 133831067).

Além disso, KAKEBA NIONGAMA NICOLE solicitou o reconhecimento da condição de refugiada ao Brasil em 7/10/2015 (processo nº 08280.029180/2015-17), **cujo protocolo serve como identidade e atesta sua condição migratória regular no país, desde que dentro da validade**, como informado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em sua página na internet (<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/perguntas-frequentes>).

Com o protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiada, KAKEBA NIONGAMA NICOLE conseguiu inscrever-se no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) mantido pela Receita Federal do Brasil e obter Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), como previsto nos artigos 119, §3º, da Lei nº 13.445/2017 e 21, §1º, da Lei nº 9.474/1997 (ID 133831067, ID 133831077).

São esses os documentos que KAKEBA NIONGAMA NICOLE possui, uma vez que seu passaporte da República Democrática do Congo expirou em 27/12/2015, **não havendo como renová-lo junto a representação diplomática de seu país**, devido à solicitação de reconhecimento da condição de refugiada (ID 133831067).

Cuida-se de situação bastante atípica, como se percebe.

Entretanto, como bem lembrado pela PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA, no parecer, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 prevê explicitamente a necessidade de **flexibilização das exigências documentais**, quando constatadas circunstâncias especiais, como no caso dos autos. Nesse ensejo, Lei nº 9.474/1997, que define os mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 no Brasil, dispõe:

Art. 43. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.

No mesmo sentido dispõe o Decreto nº 9.199/2017, regulamentador da Lei de Migração:

Artigo. 121. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica do refugiado será considerada pelos órgãos da administração pública federal quando da necessidade de apresentação de documentos emitidos por seu país de origem ou por sua representação diplomática ou consular.

Assim, considerando a situação atípica e de extrema vulnerabilidade vivenciada por KAKEBA NIONGAMA NICOLE, desempregada, que tem sob sua guarda uma filha brasileira de 3 anos de idade, com quem reside em um centro de acolhimento para mulheres imigrantes na Capital paulista, consoante a inicial e documentação anexa, **entendo cabível a instrução de seu requerimento de autorização de residência para reunião familiar com o protocolo válido da solicitação reconhecimento da condição de refugiada nº 08280.029180/2015-17 e demais documentos que dispõe no momento**, sem a necessidade de apresentação de passaporte ou documento de viagem válidos (ID 133831067).

De igual forma, desnecessária a apresentação por KAKEBA NIONGAMA NICOLE de certidão de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo seu país de origem.

A exigência de documento impossível de ser obtido é medida que ofende os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como atenta contra a dignidade da pessoa humana, razão pela qual merece censura pelo Poder Judiciário.

Ademais, como KAKEBA NIONGAMA NICOLE solicitou o reconhecimento da condição de refugiada ao Brasil em **7/10/2015**, presume-se que dentro em breve completará 5 anos de estadia no país, **podendo instruir seu requerimento de autorização de residência para reunião familiar com certidões de antecedentes criminais emitidos pelas autoridades judiciais brasileiras**. Nesse sentido é a informação constante no sítio na internet da Polícia Federal:

CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS ou documentos equivalentes emitidos pelas autoridades judiciais competentes de onde o requerente tenha residido (no Brasil e no Exterior) nos últimos 05 (cinco) anos

Esse item é exigido apenas para o requerente (familiar CHAMADO) maior de 18 anos de idade.

Deverão ser apresentados:

ORIGINAIS das CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS de cada um dos Países onde tenha residido nos últimos 05 anos, acompanhados de 01 (uma) cópia simples de cada documento;

ORIGINAIS das LEGALIZAÇÕES/APOSTILAMENTOS (quando exigidos), acompanhadas de 01 (uma) cópia simples de um documento;

ORIGINAIS das TRADUÇÕES (quando exigidas), acompanhadas de 01 (uma) cópia simples de cada documento;

ORIGINAIS das CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS da Justiça Federal das secções judiciárias de cada um dos Estados onde tenha residido, no Brasil, nos últimos 05 anos, acompanhados de 01 (uma) cópia simples de cada documento;

ORIGINAIS das CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS da Justiça Estadual (Tribunal de Justiça) de cada um dos Estados onde tenha residido, no Brasil, nos últimos 05 anos, acompanhados de 01 (uma) cópia simples de cada documento.

IMPORTANTE

Serão aceitas Certidões ATUALIZADAS (inclusive as emitidas no exterior) que não ultrapassem 90 (noventa) dias contados da data de emissão do documento até a data da apresentação da Solicitação da Autorização de Residência na unidade da Polícia Federal. Fica a critério da autoridade administrativa competente pela apreciação das solicitações de Autorização de Residência analisar situações específicas onde esse prazo não seja cumprido.

(<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/registro-de-autorizacao-de-residencia-1/solicitacao-de-autorizacao-de-residencia-3/solicitacao-de-autorizacao-de-residencia-lista-de-documentos-2>)

Observo, por fim, que a flexibilização das exigências documentais em relação às pessoas em situação de refúgio encontra respaldo na jurisprudência dessa Corte:

MANDADO DE SEGURANÇA. ESTRANGEIRO. REQUERIMENTO DE RESIDÊNCIA. REUNIÃO FAMILIAR. FLEXIBILIZAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS EMITIDOS PELO PAÍS DE ORIGEM. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

1. A questão submetida a esta E. Corte diz respeito à exigência de apresentação de passaporte válido e certidão de antecedentes criminais do país de origem em requerimento de residência apresentado por estrangeiro com fundamento na reunião familiar.

2. No contexto do que preveem o Estatuto dos Refugiados (Convenção da ONU de 1951) e a Lei de Migração (13.445/2017), tem se consolidado a jurisprudência majoritária desta E. Corte no sentido de flexibilizar as exigências documentais em casos excepcionais de requerentes de residência com base em reunião familiar oriundos de países que notadamente enfrentam crises sociais e humanitárias. Isso porque essas pessoas chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida, enfrentando dificuldades financeiras que as impedem de retornar ao país de origem para reunir a documentação, que, por vezes, lhes é sonegada em razão do pedido de refúgio. Precedentes (TRF 3ª Região, 3ª Turma, ApelRemNec - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA - 5012307-79.2018.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal DENISE APARECIDA AVELAR, julgado em 18/06/2020, Intimação via sistema DATA: 23/06/2020 / TRF 3ª Região, 4ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5027246-94.2019.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE, julgado em 26/05/2020, Intimação via sistema DATA: 29/05/2020 / TRF 3ª Região, 3ª Turma, ApReeNec - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO - 5026842-13.2018.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS, julgado em 06/02/2020, Intimação via sistema DATA: 12/02/2020 / TRF 3ª Região, 3ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5015849-08.2018.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal ANTONIO CARLOS CEDENHO, julgado em 05/02/2020, Intimação via sistema DATA: 07/02/2020 / TRF 3ª Região, 3ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5015457-98.2019.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES, julgado em 03/10/2019, Intimação via sistema DATA: 09/10/2019).

3. Agravo de instrumento desprovido.

(TRF 3ª Região, 3ª Turma, AI - AGRADO DE INSTRUMENTO - 5014351-67.2020.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal ANTONIO CARLOS CEDENHO, julgado em 04/09/2020, Intimação via sistema DATA: 08/09/2020)

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTRANGEIRO. PEDIDO DE RESIDÊNCIA. CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EXPEDIDA PELO PAÍS DE ORIGEM. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. IMPOSSIBILIDADE. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO. AFASTAMENTO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA NÃO PROVIDAS.

1. Trata-se de mandado de segurança impetrado por estrangeiros com o fito de obter o processamento do pedido de autorização de residência no Brasil sem a necessidade de apresentação da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem.

2. Compulsando os autos, verifica-se que os impetrantes, nacionais da República Democrática do Congo, e solicitantes de refúgio, desejam obter autorização de residência com base em reunião familiar, uma vez que têm um filho brasileiro, nascido em 17/04/2017.

3. No caso em exame, a discussão é limitada ao tema da documentação necessária ao recebimento e processamento do pedido dos impetrantes, o qual ainda estará sujeito a análise de mérito pela autoridade competente.

4. Verifica-se que os impetrantes fugiram do país de origem por motivo de perseguição política e, por questão de sobrevivência ante ameaças à própria vida, vieram para o Brasil.

5. Insta mencionar, de acordo com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, enquadra-se na condição de “refugiado” todo aquele que devido à grave e generalizada violação de direitos humanos é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

6. Cumpre asseverar, no caso em tela, que a exigência formal de documentos com base na aludida Portaria Interministerial nº 03/2018, considerando a situação narrada nos autos, que é de conhecimento público e notório, demonstra violação aos princípios da razoabilidade. Nesse sentido, a Lei nº 9.474/97 prevê a flexibilização das exigências documentais e regras procedimentais ante as condições especiais dos refugiados, que se apresentam em situação de urgência e vulnerabilidade ante a fuga do país de origem, conforme disposto nos artigos 43 e 44 do referido diploma legal

7. Ademais, o Decreto 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), incentiva e assegura a regularização da documentação dos imigrantes.

Nesses termos, estabelece o art. 2º e parágrafo único do atual decreto: Art. 2º Ao imigrante são garantidos os direitos previstos em lei, vedada a exigência de prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos. Parágrafo único. Os órgãos da administração pública federal revisarão procedimentos e normativos internos com vistas à observância ao disposto no “caput”.

8. Assim, considerando a perseguição sofrida pelos impetrantes em seu país de origem, culminando com a impossibilidade de obtenção do documento exigido (atestado de antecedentes criminais) na terra natal, bem como em território brasileiro, deve ser afastada in casu a exigência da impetrada, devendo ser mantida a r. sentença tal como lançada.

9. Apelação e remessa necessária não providas.

(TRF 3ª Região, 3ª Turma, ApelRemNec - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA - 5015852-60.2018.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal NERY DA COSTA JUNIOR, julgado em 15/08/2020, Intimação via sistema DATA: 25/08/2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA. REUNIÃO FAMILIAR. PROCESSAMENTO SEM A CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS. POSSIBILIDADE.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto pela UNIÃO FEDERAL em face de decisão que, em sede de mandado de segurança, deferiu o pedido liminar para determinar à agravante, ou quem lhe faça as vezes, que processe o pedido de autorização de residência com base em reunião familiar independentemente da apresentação de certidão consular e da certidão de antecedentes criminais emitido no país de origem, salvo a existência de outros óbices técnico-jurídicos.

2. O impetrante, nacional do Congo e solicitante de refúgio, deseja obter autorização de residência com base na reunião familiar, uma vez que têm uma filha brasileira. Para formular o pedido de autorização de residência é necessária a reunião de uma série de documentos, os quais foram devidamente apresentados perante a autoridade policial que, todavia, negou-se a receber e processá-lo em razão da ausência de certidões de antecedentes criminais do país de origem dos impetrantes, com fulcro no artigo 129 do Decreto nº 9.199/17.

3. Contudo, não se mostra razoável impedir a regularização migratória com base em reunião familiar, em virtude da necessidade de apresentação de documento que a parte não conseguirá obter, já que é de se presumir que a parte impetrante não possui qualquer forma de contato com órgãos de representação diplomática de seu país natal e que não é possível, ainda, exigir seu retorno ao país para a obtenção do documento em questão.

4. *No caso, aee ser prestigiada a boa-je do impetrante, possibilitando que se dê início ao processamento do seu pedido de residência, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*

5. *Agravo de instrumento improvido.*

(TRF 3ª Região, 4ª Turma, AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5027246-94.2019.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE, julgado em 26/05/2020, Intimação via sistema DATA: 29/05/2020)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ESTRANGEIRO. PEDIDO DE NATURALIZAÇÃO. ATESTADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E PASSAPORTE VÁLIDO. INEXIGIBILIDADE DIANTE DA EXCEPCIONALIDADE DO CASO. RECURSO PROVIDO.

1. A exigência de documento impossível de ser obtido pelo requerente de naturalização é medida que ofende os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como atenta contra a dignidade da pessoa humana, razão pela qual merece censura pelo Poder Judiciário.

2. Na singularidade, é fato inconteste que o impetrante/apelante goza da condição de refugiado, possuindo autorização permanente de residência no Brasil, em razão da grave crise humanitária pela qual passa seu país de origem (Síria), situação que o impede de obter os documentos referenciados na inicial (passaporte e antecedentes criminais emitidos no país de origem) e, conseqüentemente, de pleitear sua naturalização.

3. Importante destacar que a Lei nº 9.474/97, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, em seu art. 43 expressamente prevê que, “no exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares”. Nesse sentido, ainda, previa a Portaria MJ nº 1.949/15, vigente quando da propositura desta ação, em seu art. 12 a dispensa dos referidos documentos para os refugiados que venham a requerer sua naturalização. A mesma redação é repetida pela Portaria Interministerial nº 11/18, atualmente vigente.

4. *Apelação provida.*

(TRF 3ª Região, 6ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5021362-88.2017.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal LUIS ANTONIO JOHONSON DI SALVO, julgado em 02/03/2020, Intimação via sistema DATA: 02/03/2020)

APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO DE VIAGEM PARA O PROCESSAMENTO DE PEDIDO DE PERMANÊNCIA BASEADO EM REUNIÃO FAMILIAR. SUPERVENIÊNCIA DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MJ/MESP 03/18, ADMITINDO, PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO, QUE O ESTRANGEIRO APRESENTE DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO, TORNANDO REGRA A FLEXIBILIZAÇÃO DEFENDIDA PELO IMPETRANTE. ATO ADMINISTRATIVO QUE DEVE SER APLICADO AO CASO. RECURSO PROVIDO PARA CONCEDER A SEGURANÇA PLEITEADA.

1. Nos termos do art. 1º, VI c/c o Anexo VI da Portaria Interministerial MJ/MESP 03/18, o pedido de autorização de residência de estrangeiro com base em reunião familiar passou a admitir como documentação para identificar o estrangeiro não só o passaporte ou documento de viagem, como também documento oficial de identidade (item 1).

2. Solicitação de refúgio no país garante ao solicitante o registro junto ao CPF e no Ministério do Trabalho, com a emissão dos respectivos documentos de identificação. Logo, dada a superveniência - ao ajuizamento do mandamus - de norma administrativa flexibilizando a exigência então combatida, **deve ser reconhecido ao impetrante o direito de requerer a permanência no país com base em prole brasileira sem a necessidade de apresentar documento de viagem ou passaporte, bastando, para fins de identificação, apresentar documento oficial emitido por autoridade brasileira, como o CPF, a carteira de trabalho e o documento provisório de identidade de estrangeiro.**

(TRF 3ª Região, 6ª Turma, ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 5005958-94.2017.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal LUIS ANTONIO JOHONSON DI SALVO, julgado em 09/11/2018, Intimação via sistema DATA: 19/11/2018)

Repito: em sede de admissão de alienígenas não se deve prodigalizar exceções sob pena de fulminar a regra, a qual busca acautelar os interesses brasileiros. Entretanto, o caso presente é peculiar, mesmo porque documentos referentes a cidadania já foram fornecidos pelo Estado Brasileiro à impetrante.

Ante o exposto, dou provimento à apelação para conceder a segurança.

Observadas as formalidades legais, remetam-se os autos à vara de origem.

Intimem-se.

São Paulo, 24 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente por: LUIS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

24/09/2020 11:58:32

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 142892647



2009241158322290000014202528

IMPRIMIR

GERAR PDF